



SIMPROFI
Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional
24 e 25 de novembro de 2021

Produção de Conhecimento em Programas
de Mestrado e Doutorado Profissionais:
Experiências e Desafios



Internacionalização da educação no Cone Sul: desafios para a formação e a inserção sociolaboral dos jovens

Guilherme Carvalho Vieira Santos¹; Priscila Ribeiro Brustelo de Souza²; Taís Bisbocci³; Sueli Soares dos Santos Batista⁴; Rodrigo Ribeiro de Oliveira⁵

Resumo: Impactados pela situação socioeconômica, os países do Cone Sul enfrentam frequentes desafios quanto às políticas e sistemas de educação nacionais. O presente estudo tem como objetivo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, apresentar e discutir as concepções e indicadores de desenvolvimento que norteiam as políticas de educação no contexto latino-americano, procurando compreender as condições e oportunidades de inserção sociolaboral dos jovens dessa região. Conclui-se que a dinâmica de internacionalização da educação para a região se constrói em termos geopolíticos na superação das lacunas produzidas por modelos tradicionais e hegemônicos de desenvolvimento. Neste cenário, a formação profissional ganha centralidade nas últimas décadas ao se tornar uma aposta para a inserção sociolaboral dos jovens em busca de escolarização, emprego e renda.

Palavras-chave: educação e trabalho; políticas educacionais; desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo; internacionalização Cone Sul.

Abstract: The Southern Cone countries, struck by the socioeconomic situation, face frequent challenges regarding national educational systems and policy. The present study aims to, through bibliographic and documental research, present and discuss development indicators and conceptions which guide the educational policy in the latin-american context, seeking to comprehend the conditions and opportunities for the social-labor insertion of young people in this region. It is concluded that the dynamics of the education internationalization for this region was built in geopolitical terms on overcoming the gaps caused by traditional and hegemonic development models. In this scenario, professional education gains centrality in the last decade becoming a bet to socio-labor insertion of young people in search of schooling, work, and income.

Keywords: education and work; educational policy; developmentalism and neodevelopmentalism; Southern Cone internationalization.

Introdução

A garantia de trabalho e renda é central na reconstrução do desenvolvimento socioeconômico no contexto pós-pandêmico e para o

¹ Unidade de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Ceeteps e guilherme.santos@cpspos.sp.gov.br

² Unidade de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Ceeteps e priscila.souza@cpspos.sp.gov.br

³ Unidade de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Ceeteps e tais.bisbocci@cpspos.sp.gov.br

⁴ Unidade de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Ceeteps e sueli.batista@cpspos.sp.gov.br

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e rodrigo.oliveira@ifsp.edu.br

enfrentamento desta questão, torna-se fundamental a oferta de cursos de formação profissional como uma das principais políticas de inserção sociolaboral, sobretudo das juventudes, não somente pelos desafios inerentes ao futuro do trabalho, mas também pelos diversos problemas estruturais presentes nos países da América Latina e Caribe (AL&C), como crescimento econômico baixo e volátil, baixo desenvolvimento produtivo, aumento nos níveis de desemprego e de pobreza. O avanço das políticas neoliberais também colabora com esse cenário, na medida em que eleva o nível de emprego informal, acentuando as desigualdades, o desemprego e a pobreza (BERCOVICI, 2020).

Mediante a veloz e progressiva desindustrialização, a ampliação do setor de serviços marcada por processos de informatização e a informalização potencializada e explorada de forma crescente pelas plataformas digitais, segundo Antunes (2018), entre outros fatores desagregadores do tecido econômico e social, como conceber políticas de formação profissional que sejam capazes de contribuir com um projeto emancipatório de desenvolvimento, produção de ciência e tecnologia, de geração de renda e emprego que se configurem como estratégias eficientes de inserção sociolaboral dos jovens?

Parte-se da hipótese de que as respostas possíveis para essa questão implicam em se repensar as concepções de desenvolvimento historicamente desenvolvidas no Brasil e AL&C, sendo necessária a inserção de estudos sobre a internacionalização da educação, considerando a necessidade de formar trabalhadores para um mercado globalizado. A hipótese deste estudo nos leva às políticas de formação profissional das juventudes em contextos geopolíticos pensados de maneira estratégica. Esse é o caso da internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um recurso importante no Cone Sul para que os jovens tenham mais oportunidades de formação permanente e emprego.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar as concepções de desenvolvimento que norteiam as políticas brasileiras de educação em diálogo com o contexto latino-americano, procurando compreender as condições e oportunidades de inserção sociolaboral dos jovens. Além dos teóricos do desenvolvimentismo dos anos 1950 a 1970 e analistas do novo desenvolvimentismo dos anos 1990 e 2000, aborda-se o contexto do neoliberalismo em que as concepções de estado desenvolvimentista estão em xeque perante as políticas neoliberais predominantes a partir da década de 2010. O estudo contempla na sua revisão bibliográfica as pesquisas que mostram os limites e possibilidades da internacionalização da educação, especialmente as voltadas para a formação profissional no Cone Sul.

Para sugerir possíveis encaminhamentos para esses desafios, são apresentados dados quantitativos a partir de pesquisa documental feita nos sites do Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (CINTERFOR) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) quanto às políticas de desenvolvimento e de internacionalização da educação que exercem ou que podem exercer influência sobre a inserção sociolaboral dos jovens.

A primeira seção do estudo apresenta o desenvolvimentismo e a sua atualização pelo neodesenvolvimentismo no Brasil, discutindo seus limites e possibilidades na concepção de uma modernidade que sendo historicamente

conservadora possa ser superada por uma perspectiva transformadora e inclusiva.

A segunda seção é dedicada aos estudos sobre internacionalização da educação, enfatizando-se a formação profissional e os diálogos entre as instituições escolares do Cone Sul que têm como compromisso fundamental a inserção sociolaboral dos jovens latino-americanos.

A terceira e última seção mostra dados sobre juventudes brasileiras e na AL&C, bem como a necessidade de se criar políticas estratégicas que aliem desenvolvimento regional no Cone Sul e formação técnica e tecnológica para melhorar os indicadores de inserção sociolaboral dos jovens.

1. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo configurando as relações entre educação e trabalho no Brasil

O desenvolvimentismo brasileiro inspirado desde o início da República no evolucionismo positivista como estratégia para reversão do subdesenvolvimento, mesmo na versão neodesenvolvimentista das últimas décadas, foi colocado em xeque pelo neoliberalismo. Em meio às contradições construídas nas concepções e práticas voltadas para a justiça social e a soberania nacional, o desenvolvimentismo se constituiu na perspectiva de uma modernidade conservadora. Se o embrião do desenvolvimentismo brasileiro é marcado pela concepção positivista de progresso, a ordem se coloca como seu complemento necessário (DOTI; BATISTA; SANTOS, 2020).

Se o desenvolvimentismo dos anos 1950 procurou manter o discurso da aceleração do crescimento econômico, expressão ainda presente em implantações recentes, com o avanço da governabilidade neoliberal, não só o crescimento econômico sai de cena num processo de desaceleração e retrocesso, mas o Brasil se reinsere numa lógica nada contraditória da ordem global capitalista na qual o país já é desde sempre o que deveria ser (BERCOVICI, 2020).

As crises educacionais de ontem e de hoje, sempre contempladas com sucessivas e pouco avaliadas reformas educacionais, referem-se a um projeto. Um projeto de desenvolvimento que atravessa as políticas educacionais consideradas descontínuas, mas que, entre permanências e supostas rupturas, mantêm pouco alteradas as dualidades e os confrontos entre critérios de qualidade versus quantidade, público versus privado, centralização versus descentralização (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). As políticas voltadas para a formação de trabalhadores qualificados não deixam de se inserir nessas dualidades, acrescentando-se a elas algo que lhes é fundamental e estrutural e que aparece de diferentes formas, mas com um único sentido: formação geral versus formação específica, formação humanista versus formação técnica, mundo da escola versus mundo do trabalho, formação para os trabalhadores versus formação para as elites (RAMOS, 2015).

O novo desenvolvimentismo baseado nos pressupostos keynesianos, e no pensamento estruturalista da CEPAL, avançou menos do que se pretendeu quanto às políticas sociais (FREITAS; SILVA, 2016). Comumente divorciadas das políticas de emprego e renda e de desenvolvimento científico e tecnológico, sabe-se que a ampliação das oportunidades para os jovens por meio das políticas educacionais foi limitada também quanto aos seus efetivos objetivos de escolarizar e profissionalizar (RAMOS, 2015).

2. A integração no Cone Sul e os desafios para a internacionalização da educação: desafios para as instituições de EPT

Ainda que sejam percebidas as contradições entre os interesses regionais e as atuações das forças supranacionais em favor da manutenção dos interesses do capitalismo global, os agrupamentos regionais compartilham a preocupação em atuar segundo certas regras desse jogo, competindo para avançar no conjunto dos acordos globais que lhes sejam mais favoráveis, porém, com as limitações resultantes dessa mesma lógica (DALE, 2004).

A globalização, no âmbito da educação, frequentemente considerada um progresso incontestável, no sentido de que pretensamente promove uma homogeneidade cultural global, tem se materializado como uma “Agenda Global Estruturada”, em que os interesses e as ações de forças supranacionais são facilitados e pouco debatidos, obedecendo a um modelo unívoco de desenvolvimento. Há pouco confronto teórico sobre a natureza e os impactos da atuação em prol desses interesses (DALE, 2004, p.424).

Se os países em desenvolvimento, quase que naturalizados nesse patamar, veem-se pressionados por agências multilaterais que criam uma agenda e um consenso global sobre como devem ser as políticas e as instituições adequadas para um avanço socioeconômico, não é casual que os governos neoliberais tenham se caracterizado pelo esvaziamento das políticas públicas e pelo desmonte de instituições e institucionalidades ainda que num contexto de crescente internacionalização da educação (BERCOVICI, 2020).

Para Morosini (2021), a internacionalização é um fenômeno pelo qual a educação não passa imune, bem como pelos desdobramentos das políticas econômicas do legado neoliberal, que aprofundam as desigualdades e reforçam a manutenção da predominância do norte global sobre o capital científico. Na educação superior latino-americana, em síntese, elitizada, a internacionalização ocorre predominantemente na modalidade acadêmica presencial em direção sul-norte e com taxas muito baixas se comparadas à realidade de países desenvolvidos (MOROSINI, 2021, p. 367).

Para a autora, as estratégias de internacionalização são mais recentemente um ativo para as instituições de educação na AL&C, atuando como um diferencial de qualidade que esbarra na falta de políticas públicas que propiciem uma implantação ampla e consistente, fazendo com que sejam realizadas de forma mais restrita a poucas instituições e não em todo o sistema educacional.

Algumas ações, projetos ou programas, que carecem de continuidade e ampliação, promoveram alguns passos num caminho estratégico para a internacionalização da educação. O programa *Ciência sem Fronteiras*, instituído a partir do Decreto Federal nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, impulsionou a pesquisa através de intercâmbios em mais de 30 países, fornecendo bolsas a mais de 80 mil estudantes, tendo seu último bolsista atendido em 2016 (MOROSINI, 2021, p. 370).

Outro programa brasileiro para a internacionalização é o *Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt*, que teve início em 2018, atuando na esfera dos cursos de pós-graduação, em parceria com instituições que já possuíssem política de internacionalização. Até julho de 2020 o programa já tinha empregado mais de 178 milhões de reais, entre bolsas e auxílio financeiro a projetos educacionais ou de pesquisa e teve seu prazo, inicialmente de quatro anos, prorrogado por causa da pandemia (MOROSINI, 2021, p. 374).

Perante a descontinuidade desses programas, como uma alternativa também para as dificuldades adicionais ocasionadas pela pandemia da Covid-19, a internacionalização tem se realizado de forma virtual, momento denominado por Morosini (2021) como de virtualização da internacionalização, com restrições, mas também com novas possibilidades. A internacionalização tem se consolidado, neste aspecto remoto, no formato virtual de aprendizagem cooperativa internacional (COIL) e no modelo alternativo da Internacionalização em Casa (IaH) (MOROSINI, 2021, p.379).

Os países do Cone Sul, especialmente impactados pelas estratégias políticas adotadas, pela precarização do trabalho e pelo rumo dos direcionamentos no âmbito das políticas educacionais, sofrem as consequências de uma internacionalização enviesada, que no lugar de atender aos propósitos de fortalecimento mútuo e emancipação, acabam por reforçar a lógica de manutenção da hegemonia econômica-cultural já estabelecida.

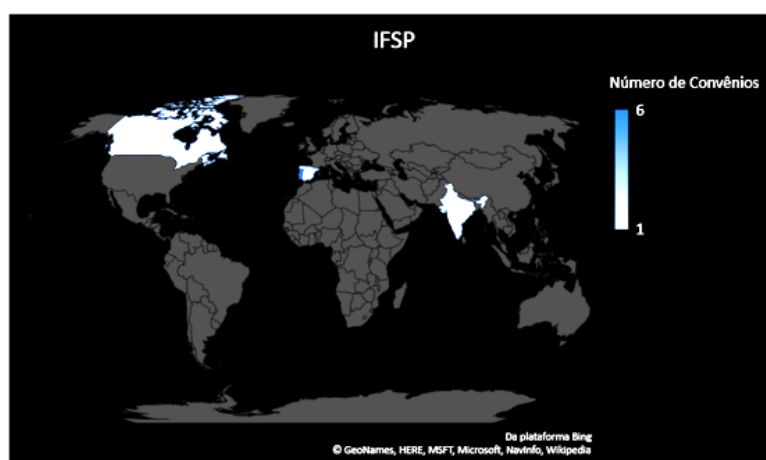
2.1 Desafios para as instituições de EPT

Na estruturação do campo da educação superior na AL&C, o olhar para a internacionalização, visando a integração regional, foi um dos eixos recorrentemente discutidos por diversos atores, instituições e governos, num evento que reuniu cerca de 19.500 pessoas, durante suas três edições. Trata-se da *Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe* (CRESAL&C), que ocorre aproximadamente a cada 10 anos e gera como produto o Plano de Ação para a Transformação da Educação Superior na AL&C, importante documento na contribuição da AL&C para as Conferências Mundiais de Educação Superior da UNESCO, convocadas pelo Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e o Caribe (IESALC, 1996; 2008; 2018). A III CRESAL&C realizada em 14 de junho de 2018, em Córdoba, Argentina, produziu entre importantes documentos, a expressiva III Declaração da CRES, dedicada às mulheres e homens da AL&C.

Voltadas para o papel transformador da educação superior numa região ainda marcada pela pobreza, desigualdade, marginalidade, injustiça e violência social, as contribuições das três edições da CRESAL&C foram relevantes para a EPT. Isso se deu a partir da consideração de que além das universidades, também os institutos tecnológicos, escolas politécnicas, centros técnico-profissionais ou institutos de formação de professores, entre outros, são parte de um sistema integrado, composto por subsistemas em interação, formando assim uma constelação de instituições importantes para a superação dos problemas estruturais do continente. Desde a primeira edição da CRESAL&C, os Planos de Ação apontam orientações a fim de fortalecer a capacidade regional frente aos contextos socioeconômicos gerados pela globalização na AL&C, sendo a ciência, tecnologia e inovação um dos eixos recorrentes nas edições. As discussões realizadas na III edição da CRESAL&C (2018), frente aos desafios atuais, principalmente nas instituições de educação da EPT Cone-Sul, apontam para o fato de que é necessário produzir conhecimentos pertinentes às realidades regionais capazes de gerar inovações num outro modelo de desenvolvimento que possibilite o rompimento com o modelo neocolonial, neodependente, antropocêntrico, racista e patriarcal. Indicam, dentro dessa perspectiva, a importância da análise da gestão científica e tecnológica como forças produtivas (IESALC, 2018).

Essas ideias reguladoras são importantes para construir agendas regionais e locais, mas exigem que conheçamos mais de perto o que tem sido feito com as instituições nos diferentes países. A partir de dados obtidos entre 2018 e 2020 das assessorias de relações internacionais de três instituições públicas de educação profissional e tecnológica no sudeste brasileiro, Batista et al. (2021), puderam mapear as parcerias dessas instituições com outras instituições estrangeiras e identificaram a pouca ênfase dessas parcerias com o Cone Sul. Os mapas apresentados nas Figuras 1 a 3 destacam a concentração das parcerias em diferentes tons do branco ao azul, em que se destacam as instituições localizadas no hemisfério norte. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), num total de 8 parcerias, nenhuma delas se apresentava no período com algum país do Cone Sul (Figura 1):

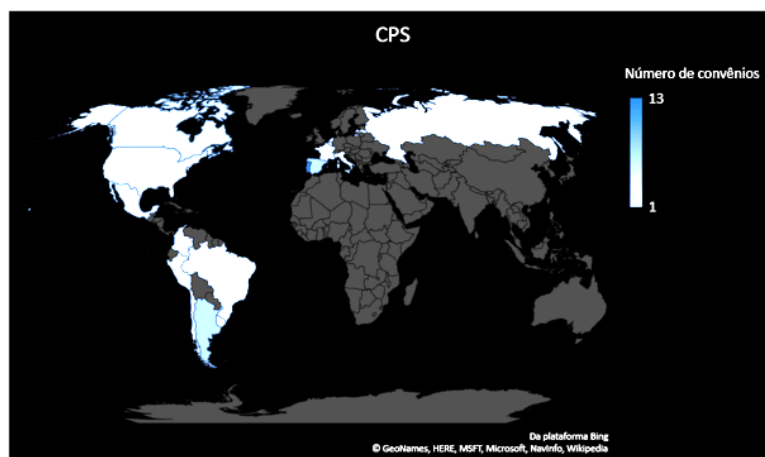
Figura 1 - Demonstração geográfica de acordos internacionais do IFSP (2018-2020)



Fonte: Batista et al., 2021

A Figura 2 mostra a concentração de parcerias do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) no mesmo período. Das 45 instituições parceiras, apenas 10 se localizavam no Cone Sul, destacando-se, sobretudo as instituições em Portugal.

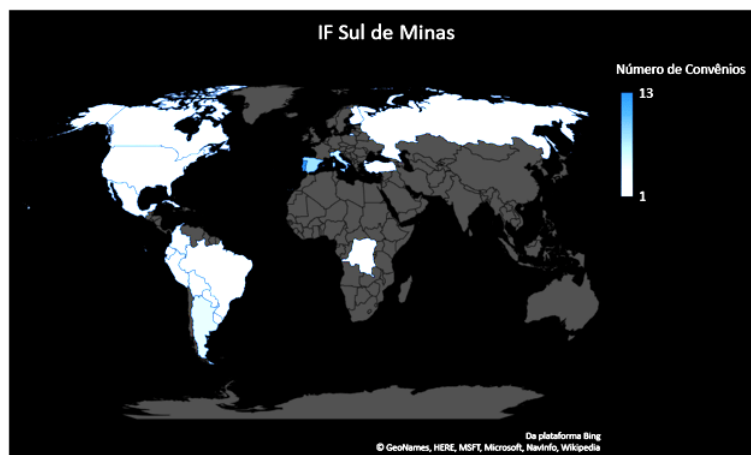
Figura 2 - Demonstração geográfica de acordos internacionais do CEETEPS (2018-2020)



Fonte: Batista et al., 2021

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), outra instituição pesquisada no período entre 2018-2020 quanto às suas parcerias internacionais, num total de 64 convênios com instituições de outros países, contava com 20 parcerias em países do Cone-Sul cuja demonstração aparece na Figura 3.

Figura 3 – Demonstração geográfica de acordos internacionais do IFSULDEMINAS (2018-2020).



Fonte: Batista et al., 2021

Com o maior número de parcerias e capilarização de seus convênios internacionais, o IFSULDEMINAS (2021), considerará em seu PDI (2019-2023) a importância de aprofundar os intercâmbios e projetos com instituições latino-americanas por maior facilidade em relação ao idioma e pelo menor custo das viagens.

Nesse cenário se destacam as ações viabilizadas pelo CEETEPS quanto às parcerias com instituições congêneres da América Latina. É o caso dos estudos e projetos em conjunto com o *Servicio Nacional de Adiestramiento en Trabajo Industrial* (SENATI), localizado em Lima, instituição de educação profissional peruana. Oriundo de um acordo internacional firmado entre as duas instituições, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 2017, com validade de 5 anos, um convênio com o objetivo de contribuir para a promoção, desenvolvimento, capacitação técnica e científica dos recursos humanos das instituições, seja de forma presencial e/ ou virtual (REDE, 2018; MENDES, 2019).

3. Panorama atual e perspectivas de futuro no Cone Sul para a formação e a inserção sociolaboral dos jovens

O *Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior flexibilização*, relatório formulado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020, nos dá uma dimensão da relação da juventude e o trabalho nos últimos anos, mostrando um amplo panorama do aumento das taxas de desemprego, e principalmente do aumento do trabalho informal. Elaborado a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, relativos os anos de 2012 até 2019, e de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da

Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, de 2012 a 2017 (IPEA, 2020).

O IPEA identificou que no período estudado existiam oportunidades para os jovens no setor formal, mas com baixa permanência. A alta rotativa das estações de trabalho gera um menor incentivo para treinamento dos jovens, tanto para o empregador como para os empregados, tornando-se um impeditivo para que o jovem permaneça nessas estações, provocando queda no índice de produtividade dessa categoria a longo prazo (IPEA, 2020).

Esse cenário se mostra ampliado quando analisamos os dados disponíveis na base de dados da CEPAL que também sinaliza um novo crescimento na quantidade de jovens que não estudam e nem trabalham na América Latina, como decorrência das características econômicas da região.

A CEPAL se constitui em 1947 como um esforço conjunto dos países latino-americanos para promover o desenvolvimento econômico através da criação de estudos referentes aos desafios regionais que culminassem em propostas para os problemas sociais e de infraestrutura, que desenvolvessem a América Latina como um centro, de acordo com as ideias de Raul Prebisch (GONÇALVES, 2011).

Segundo dados da CEPAL no *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe de 2020*, a taxa de desocupação entre os jovens nas regiões urbanas é a maior entre todos os grupos etários, o que se deve efetivamente por ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho, dado esse que por si só reforça a necessidade de atenção na proposição de políticas referentes a inserção laboral dos jovens e, em especial, as questões vivenciadas pelas jovens latino-americanas que, segundo dados do mesmo Anuário, possuem 20,4% de taxa de desemprego aberto, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, 5% a mais do que os jovens do sexo masculino com 15.1% (CEPAL, 2021).

Outro dado importante é o total de jovens que não estudam nem trabalham. Estes dados, extraídos da base de dados da CEPAL, mostram ainda as razões pelas quais a juventude está sem escola e sem trabalho dividindo a amostra em quatro grupos: os que não estudam e não trabalham por razões de inatividade econômica, os que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado, os que buscam o primeiro emprego e um quarto grupo que indica outras razões (CEPAL, 2021).

A média latino-americana para ambos os sexos, do total de jovens que não trabalham nem estudam por razões de inatividade econômica, é a seguinte: jovens mulheres nessa condição somam 25,3%, contra somente 9,4% de homens. Já em relação aos trabalhos domésticos a diferença aumenta muito, sendo a porcentagem de jovens homens que se dedicam aos cuidados não remunerados do lar é de 1,3%, enquanto 18% das jovens latino-americanas vivem esta realidade. O que se comprova pela taxa de participação em atividades econômicas por sexo e grupo etário, em que a participação econômica geral dos homens (de 15 anos ou mais) chega a 79%, enquanto a das mulheres, apenas 52,5%. O mesmo indicador no grupo etário de 15 a 24 anos chega a 60% nos homens e apenas 38% nas mulheres (CEPAL, 2021).

Ano após ano tem aumentado a quantidade de concluintes da educação em todos os níveis, o que é reflexo da existência de políticas de acesso e da manutenção dessas iniciativas. Isso se revela no aumento geral na porcentagem de jovens de 15 a 19 anos que concluíram a educação secundária, de 63,6% em 2002 para 74,0% em 2019. Existe um recorte social que não consegue participar

dessas políticas educacionais. Esses são os jovens dos setores com menores recursos econômicos, dos territórios rurais mais isolados, a população indígena e afrodescendente (CEPAL, 2020).

Em 6 de maio de 2021 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o CINTERFOR organizaram a conferência *El rol de la formación profesional en las políticas de empleo de jóvenes en América Latina en el contexto actual*. O relatório desse encontro avalia que as políticas para a garantia de emprego para as juventudes passam pelo incentivo ao empreendedorismo jovem e inovação, mas sobretudo precisam criar mecanismos de proteção social e remuneração digna em contraponto às diversas novas formas de trabalho precarizado e não regulamentado diante da crescente tendência de informalização do trabalho (OIT/CINTERFOR, 2021).

A CEPAL, sistematizando discussões no sentido de potencializar os meios de implementação em nível regional da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), produziu um documento em que estabelece os objetivos específicos para a AL&C. O quarto objetivo indica que é necessário garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem permanente para todos. Esse objetivo destaca em suas metas e indicadores o necessário aumento até 2030 do número de jovens e adultos que têm competências técnicas e profissionais para terem acesso a emprego, trabalho decente e oportunidades de empreender (ONU, 2015).

Percebe-se que a dinâmica de internacionalização da educação para a região se constrói em termos geopolíticos transnacionais na busca da superação das lacunas produzidas por modelos tradicionais e hegemônicos de desenvolvimento. Neste cenário, a formação profissional ganha centralidade nas últimas décadas ao se tornar uma aposta para a inserção sociolaboral dos jovens em busca de escolarização, emprego e renda. É evidente que o enfrentamento dessas questões não é recente, e é fundamental que melhor se entendam as possibilidades e limites que emergem em torno das políticas públicas e estudos que relacionam Estado, educação e desenvolvimento no Cone Sul. Estudos como os de Castioni et al. (2020) revelam que iniciativas federais na educação técnico-profissional no Brasil e na Argentina nas últimas décadas priorizam esse nível de ensino por contar com leis e políticas públicas tendentes à garantia do maior acesso pela população, como exigências do novo ciclo de produção, que demandam uma mão de obra mais bem qualificada.

4. Considerações finais

Os dados do IPEA levantados revelaram que a maior flexibilização das relações trabalhistas, o surgimento de novas formas de trabalho informal mediadas por plataformas digitais e a prestação de serviços, em seu recorte mais precarizado, ascendente, impactam na redução da participação de todos os extratos sociais no mercado formal, refletindo, de forma preocupante, no crescimento da taxa de desemprego por parte da juventude, que sofre muito diretamente com as mudanças sociais, tendo cada vez mais dificultada a sua inserção sociolaboral.

Com a reconfiguração das perspectivas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas num contexto de neoliberalismo e de gerencialismo na educação, ocorre o abandono de políticas educacionais associadas ao desenvolvimento regional e local e às políticas mais amplas de ciência,

tecnologia e inovação restringindo-se à formação para o trabalho como qualificação profissional aligeirada e esvaziada da sua dimensão técnica e tecnológica. Não se trata, portanto, de uma dualidade entre escolarização e profissionalização, mas da banalização e liquidação dos dois termos: corre-se o risco do esvaziamento progressivo da escolarização e da profissionalização.

Entender como isso ocorre no contexto latino-americano é importante para compreendermos os limites e possibilidades da internacionalização da EPT como criação de estratégias institucionais e nacionais para a educação no cenário da mundialização do capital numa perspectiva geopolítica. Estudos feitos pela CEPAL indicam que a alta prevalência de emprego informal entre os jovens é uma situação preocupante. São negados a eles diversos direitos trabalhistas, o que evidencia que os jovens estão mais sujeitos a condições precarizadas de trabalho, agravadas pelas condições de desigualdade social, pela necessidade de conciliação entre trabalho, estudo e vida familiar.

As políticas de internacionalização da EPT, especialmente as de integração regional do Cone Sul têm sido impactadas por esse cenário. Os dados da CEPAL e do CINTERFOR revelam que a crise na população jovem não os atinge somente na questão de saúde e do emprego, mas também no nível da educação e da formação profissional, pelo crescente afastamento dessa população dos sistemas educacionais. Mas é importante considerar que a situação não pode ser avaliada como de responsabilidade deles, sobretudo daqueles para os quais se criou a terminologia “nem-nem”, nem trabalha, nem estuda. Trata-se de considerar de que forma as políticas educacionais com enfoque na inserção sociolaboral dos jovens estão os deixando “sem-sem”, sem escola e sem trabalho.

Conclui-se que há a necessidade do aprofundamento da cooperação e harmonização entre os países para superação das dificuldades que atingem de forma similar o Cone Sul. As ações de internacionalização, sejam na forma de iniciativas privadas ou de políticas de Estado, presenciais ou virtuais, precisam ser repensadas, priorizadas e terem como objetivo a inserção sociolaboral dos jovens.

Referências

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. 336 p.

BATISTA, S. S. S.; GUILAR, L. E.; FREIRE, E. *Políticas de formação técnica e tecnológica no contexto da internacionalização da educação*. São Paulo: EdUfscar, 2021. No prelo.

BERCOVICI, G. et. al. *Utopias para reconstruir o Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2020. 934 p.

BRASIL. *Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência Sem Fronteiras*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de dez. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 28 de ago. 2021.

CASTIONI, R.; MADURO SILVA, D. B.; REIS JÚNIOR, R. L. *Educação Profissional e Tecnológica: cotejamentos entre Brasil e Argentina na busca do “novo desenvolvimentismo”*. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 50, p. 234–253, 2020.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2020*. Santiago, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46739-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2020-statistical-yearbook-latin>. Acesso em: 01 set. de 2021.

_____. *Educación, juventud y trabajo: habilidades y competencias necesarias en un contexto cambiante*. Santiago, 2020. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46066/4/S2000522_es.pdf. Acesso em: 01 set. de 2021.

DALE, R. *Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”?* Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas: Unicamp, vol. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

DOTI, M. M.; BATISTA, S. S. S.; SILVA, F. L. *Desenvolvimentismo e Digitalização: tecnologias não rompem barreiras sociais e não educam*. Anais do XV Simpósio Dos Programas De Mestrado Profissional Unidade De Pós-Graduação, Extensão E Pesquisa. São Paulo: Ceeteps, p. 46-55. 11-12 nov. 2020.

FREITAS, C. C. S.; SILVA, M. S. P. *O Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto do novo desenvolvimentismo brasileiro*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Brasília, DF: RBP AE v. 32, n. 1, p. 069 – 088, jan./abr. 2016.

GONÇALVES, L. *As Relações Brasil-CEPAL (1947-1964)*. 119 f. Dissertação de Mestrado em Diplomacia (Programa de Formação e Aperfeiçoamento). Brasília. Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 2011.

IESALC. Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. *Declaración de la I Conferencia Regional de Educación Superior em América Latina y el Caribe – CRES 1996*. Córdoba, 1996. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149330>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. *Plan de acción para la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe – PLAN 1996*. Córdoba, 1996. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113869_spa Acesso em: 01 set. 2021.

_____. *Declaración de la II Conferencia Regional de Educación Superior em América Latina y el Caribe – CRES 2008*. Córdoba, 2008. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/historia/cres-2008>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. *Plan de acción para la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe – PLAN 2008*. Córdoba, 2008. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/historia/cres-2008>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. *Declaración de la III Conferencia Regional de Educación Superior em América Latina y el Caribe – CRES 2018*. Córdoba, 2018. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Declaracion2018-Port-CRES.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. *Plan de acción para la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe – PLAN 2018*. Córdoba, 2018. Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/2019/02/22/plan-de-accion-cres-2018-2028-2/>. Acesso em: 01 set. 2021.

IFSULDEMINAS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. *Projeto de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)*. Pouso Alegre, 2018. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/historico-dos-pdis>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/201230_bmt_70.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

LIBÂNEO, F. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 544.

MENDES, M. *As Políticas de Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica: um Estudo de Caso na Perspectiva da Gestão Participativa entre CEETEPS e SENATI*. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Ceeteps, São Paulo, 2019.

MOROSINI, M. *Internacionalização da Educação Superior no Brasil e Desafios no Contexto do Sul Global*. Revista Educación Superior y Sociedad, Caracas: UNESCO-IESALC, v. 33, n. 1, p. 361-383, 2021.

OIT/CINTERFOR. Organización Internacional del Trabajo. *Nota nº 10 Formación profesional y políticas de empleo juvenil*. Montevideo, 2021. Disponível em: https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/NotaCinterfor10.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: <https://www.agenda2030-pt-br.pdf> (un.org). Acesso em: 20 de set. 2021.

RAMOS, M. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: CGEE. *Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. p. 97-117.

REDE, G. *Políticas de Internacionalização de Currículos dos Cursos Técnicos do Centro Paula Souza e do Senati: desafios e limites*. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Ceeteps, São Paulo, 2018.